(seu) representante legal, endereços de correspondência, endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone móvel que disponha de aplicativo de mensagens instantâneas, mediante os quais receberão ofícios, intimações e citações deste Tribunal.

§ 1º As comunicações deverão ser encaminhadas para este Tribunal através do Sistema de Cadastro das Emissoras de Rádio, Televisão e Veículos de Comunicação Social - SERT, que será disponibilizado no portal de internet deste Tribunal.

§ 2º Na falta de disponibilização por este Tribunal do sistema referido no § 1º, as comunicações deverão ser encaminhadas para a Secretaria Judiciária no e-mail propaganda2022@tre-sp.jus.br.

Art. 13. O provedor de aplicação que pretenda prestar o serviço de impulsionamento de propaganda, conforme o § 3º do artigo 29 da Resolução TSE nº 23.610/2019, deverá se cadastrar neste Tribunal, por meio do Sistema de Cadastro das Emissoras de Rádio, Televisão e Veículos de Comunicação Social - SERT, que será disponibilizado no portal de internet deste Tribunal.

Art. 14. As interessadas e os interessados relacionados nos artigos 11 e 12 são responsáveis por manter ativa a conta de correio eletrônico informada a este Tribunal, bem como pela existência de memória livre suficiente para o recebimento das intimações e comunicações.

Art. 15. No período de 15 de agosto a 19 de dezembro de 2022, a assinatura de comunicações, mandados e cartas de ordem fica delegada às(aos) Chefes das Seções da Secretaria Judiciária.

Art. 16. É facultada a apresentação de memoriais aos Juízes Auxiliares e será recebida através do e-mail juizes.auxiliares@tre-sp.jus.br.

Art. 17. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Paulo, aos trinta dias do mês de junho de 2022.

Desembargador Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia

Presidente

Desembargador José Antonio Encinas Manfré

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral substituto

Desembargador Federal Sérgio Nascimento

Juíza Maria Cláudia Bedotti

Juiz Afonso Celso da Silva

Juiz Marcelo Vieira de Campos

Juiz Marcio Kayatt

RESOLUÇÃO TRE/SP Nº 588/2022

Dispõe sobre a fiscalização de eventos promovidos por candidatas, candidatos e partidos políticos, que se destinem a arrecadar recursos para a campanha eleitoral de 2022.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inc. XXI, de seu Regimento Interno e pelos artigos 30 e 89 da Resolução TSE nº 23.607, 17 de dezembro de 2019, atualizada pela Resolução TSE n 23665, de 9 de dezembro de 2021, e considerando a necessidade de disciplinar a fiscalização de eventos destinados a arrecadar recursos nas Eleições 2022 no âmbito deste Regional.

RESOLVE:

Art. 1º A comercialização de bens e/ou serviços e/ou a promoção de eventos que se destinem a arrecadar recursos para campanha eleitoral de 2022, realizados por partido político ou candidata ou candidato, serão fiscalizados pela Justiça Eleitoral, no âmbito deste Regional, nos termos desta Resolução.

Art. 2º O partido político ou o(a) candidato(a) deverá comunicar formalmente à Justiça Eleitoral a realização de evento arrecadatório, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º Da comunicação deverá constar:

I - Qualificação do partido político ou candidato(a) interessado(a), bem como do(a) responsável pelo evento;

II - data e horário de realização do evento;

III - local do evento (rua/avenida, número, bairro, cidade, estado, CEP);

IV - telefone e endereço de correio eletrônico para contato.

§ 2º A comunicação deverá ser realizada por mensagem eletrônica ("e-mail") endereçada à Seção de Protocolo Administrativo e Expedição do Tribunal (scpg@tre-sp.jus.br), a qual a inserirá no Sistema de Informações Eletrônicas (SEI TRE-SP) e a remeterá para a Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias.

§ 3º A omissão da comunicação prévia não impede a fiscalização por parte da Justiça Eleitoral, sem prejuízo da consignação do fato na correspondente prestação de contas.

§ 4º Qualquer pessoa poderá apresentar denúncia acerca da realização de evento não comunicado regularmente à Justiça Eleitoral, por meio de formulário eletrônico da Ouvidoria do TRE-SP, disponibilizado no sítio deste Tribunal na "internet".

Art. 3º A fiscalização dos eventos arrecadatários deverá observar o Plano de Fiscalização de Eventos - Eleições 2022, previamente apresentado pela Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias e aprovado pela Presidência deste Tribunal.

Art. 4º Os eventos realizados na capital serão fiscalizados por servidores(as) do quadro da Justiça Eleitoral, lotados(as) na Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias e nas seções subordinadas.

Art. 5º Se o evento ocorrer em outro município do Estado que não a capital, a sua fiscalização será de responsabilidade do(a) Juiz(a) Eleitoral do cartório competente pelo exame e julgamento de prestações de contas da circunscrição em que o evento for realizado.

§ 1º O(A) Juiz(a) Eleitoral deverá designar, dentre os(as) servidores(as) do Cartório Eleitoral, dois (duas) fiscais "ad hoc", preferencialmente o(a) Chefe de Cartório e outro(a) funcionário(a) com experiência na análise de prestação de contas de campanha, para realizar o acompanhamento "in loco" do evento.

§ 2º No prazo de até dez dias após a data da realização do evento, deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias os papéis de trabalho utilizados pelos(as) fiscais, demais documentos apresentados por ocasião da fiscalização, assim como relatório circunstanciado subscrito pelo(a) Juiz(a) Eleitoral, dando conta de eventuais irregularidades constatadas e atestando, ao final, a regularidade ou não da comercialização de bens ou do evento arrecadatário fiscalizado.

§ 3º Para elaboração do relatório a que alude o parágrafo anterior deverá ser utilizado o sistema PROEVA Web, ferramenta que estará disponível na página da "intranet" do Tribunal.

Art. 6º A fiscalização consistirá na observação e na coleta de informações, por meio de aplicação do Procedimento Técnico de Fiscalização (PTF), constante do Plano de Fiscalização de Eventos - Eleições 2022 e do preenchimento informações no sistema PROEVA Web.

§ 1º No caso de comercialização ou realização de evento arrecadatário, caberá ao partido político ou candidato(a), conforme o caso, a indicação de pessoa responsável para prestar esclarecimentos no curso do evento, zelando para que, mesmo na sua ausência, as informações que vierem a ser solicitadas sejam de imediato prestadas.

§ 2º Na impossibilidade, devidamente justificada, de fornecimento dos dados no curso do evento, será expedida diligência, concedendo-se prazo de 72 (setenta e duas) horas para que o partido ou candidato(a) preste, diretamente à Unidade designada para fiscalização, as informações solicitadas.

Art. 7º Os dados coletados no evento ou em virtude do atendimento a diligências integrarão o processo de prestação de contas do partido ou do(a) candidato(a), conforme o caso.

Art. 8º Os(As) servidores(as) indicados(as) pela Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias ou designados pelos Juízos Eleitorais como fiscais poderão também propor diligências que se fizerem necessárias às empresas e pessoas físicas participantes dos eventos, para prestar esclarecimentos complementares ou informações necessárias à instrução do processo.

Art. 9º Se o partido, candidato(a) ou respectivo responsável se recusar a prestar as informações no curso do evento, o fato será relatado e submetido à consideração do Presidente, quando o evento ocorrer na capital, ou ao(à) Juiz(a) Eleitoral correspondente, quando o evento tiver lugar em outro município do Estado, para as medidas que entender pertinentes.

Art. 10. Na hipótese de realização de eventos no período noturno ou nos finais de semana e feriados, a convocação de servidores(as) em caráter de jornada extraordinária para comparecerem como fiscais designados(as) pela Justiça Eleitoral, deverá ser realizada observando os termos da regulamentação específica para serviço extraordinário durante o período eleitoral no ano de 2022.

Art. 11. Para o deslocamento dos(as) fiscais que atuarão nas fiscalizações realizadas pela Secretaria ou pelos Cartórios Eleitorais da capital, poderá ser utilizado o serviço de transporte de passageiros por meio de aplicativo, fornecido por empresa contratada por este Tribunal.

Art. 12. Para o deslocamento dos(as) fiscais que atuarão nas fiscalizações realizadas pelos Cartórios Eleitorais do interior, a despesa com transporte poderá ser custeada por suprimento de fundos, nos termos de regulamentação específica.

Art. 13. Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência do Tribunal.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, aos trinta dias do mês de junho de 2022.

Desembargador Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia

Presidente

Desembargador José Antonio Encinas Manfré

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral substituto

Desembargador Federal Sérgio Nascimento

Juíza Maria Cláudia Bedotti

Juiz Afonso Celso da Silva

Juiz Marcelo Vieira de Campos

Juiz Marcio Kayatt

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PORTARIAS

PORTARIA N. 171/2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência delegada pela Presidência por meio da Portaria n.º 77/22 (art. 3º),

Conforme disposto nos artigos 68 e 69 da Lei n.º 4.320/64, no artigo 74, § 3º do Decreto-Lei n.º 200/67, nos artigos 45 e 46 do Decreto n.º 93.872/86 (com redação do Decreto n.º 2.289/97), no artigo 60, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93 e no Decreto n.º 9.412/18 e nos artigos 2º, inciso I, e 6º, § 1º, da Portaria n.º 117/21, alterada pela Portaria n.º 77/22,

CONCEDE SUPRIMENTO DE FUNDOS, a ser movimentado em conta corrente do tipo b, aberta especificamente para este fim, no valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), no Programa de Trabalho 02122003320GP0035 - "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça